

Comentários - Direito Ambiental

33) Configurada a violação aos dispositivos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, especificamente sobre a restauração e recuperação de ecossistema degradado, o Estado Z promove ação civil pública em face de Josemar, causador do dano.

Em sua defesa judicial, Josemar não nega a degradação, mas alega o direito subjetivo de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a possibilidade de transacionar sobre o conteúdo das normas sobre restauração e recuperação.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Josemar não possui direito subjetivo à celebração do TAC, que, caso celebrado, não pode dispor sobre o conteúdo da norma violada, mas sobre a forma de seu cumprimento.

B) O TAC não pode ser celebrado, uma vez que a ação civil pública foi proposta pelo Estado, e não pelo Ministério Público.

C) Josemar possui direito subjetivo a celebrar o TAC, sob pena de violação ao princípio da isonomia, mas sem que haja possibilidade de flexibilizar o conteúdo das normas violadas.

D) Josemar possui direito subjetivo a celebrar o TAC nos termos pretendidos, valendo o termo como título executivo extrajudicial, apto a extinguir a ação civil pública por perda de objeto.

A questão queria que o candidato soubesse sobre a natureza jurídica do TAC, eis que a assertiva tratava da eventualidade de um direito subjetivo por parte de Josimar. Há 3 correntes sobre isso. A **1ª corrente** diz que o TAC é um Ato jurídico em sentido estrito, revelando-se o TAC como **mero reconhecimento por parte do compromissário**. Reconhecimento jurídico do pedido. Isso porque o que está sendo discutido na apuração e o **interesse público**, algo que não pertence ao órgão celebrante, mas sim a coletividade (logo, indisponível, inegociável. Por sua vez, a **2ª corrente diz que o TAC é Negócio jurídico, eis que se materializa na composição de interesses. Por fim, a 3ª corrente** diz que o TAC se assemelha a uma Transação, com concessões mutuas. **A doutrina oscila entre a primeira e a segunda corrente, todavia nenhuma delas reconhece qualquer direito subjetivo.** (A) alternativa correta. Ocorre o compromisso de ajustamento de conduta quando o causador do dano assume responsabilidade pelo evento e se compromete a alterar sua conduta, sendo que os legitimados têm disponibilidade sobre o conteúdo processual, e não sobre o conteúdo material. Por essa razão, não há direito subjetivo a realização de TAC, que, se realizado, não pode alterar o conteúdo (material) da norma violada. (B) alternativa incorreta. De forma expressa na legislação, os órgãos públicos que têm legitimidade para a propositura da ação pública, entre eles o Estado Federado e o MP, têm legitimidade para propor um TAC. Vale lembrar que há entendimento do STJ no sentido de que os particulares também tem legitimidade para propor um TAC, eis que na lei 7.347-85 não há nada que os proíba (C) Alternativa incorreta, pois Josemar não tem direito subjetivo quanto ao TAC, que decorre da propositura por parte de seus colegitimados. (D) alternativa incorreta. Embora o TAC tenha natureza de título executivo extrajudicial, não há qualquer direito subjetivo por parte de Josimar. *Alternativa A.*

34) Os Municípios ABC e XYZ estabeleceram uma solução consorciada intermunicipal para a gestão de resíduos sólidos. Nesse sentido, celebraram um consórcio para estabelecer as obrigações e os procedimentos operacionais relativos aos resíduos sólidos de serviços de saúde, gerados por ambos os municípios. Sobre a validade do plano intermunicipal de resíduos sólidos, assinale a afirmativa correta.

A) Não é válido, uma vez que os resíduos de serviços de saúde não fazem parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo disciplinados por lei específica.

B) É válido, sendo que os Municípios ABC e XYZ terão prioridade em financiamentos de entidades federais de crédito para o manejo dos resíduos sólidos.

C) É válido, devendo o consórcio ser formalizado por meio de sociedade de propósito específico com a forma de sociedade anônima.

D) É válido, tendo como conteúdo mínimo a aplicação de 1% (um por cento) da receita corrente líquida de cada município consorciado.

A questão queria que o candidato soubesse sobre qual dos entes federados têm a competência para a gestão dos resíduos sólidos. A dica é a seguinte, embora você possa não conhecer a legislação infraconstitucional, tenta se lembrar do que fala a Constituição, que, diz que a competência para fiscalizar (art. 23), cuidar do Meio Ambiente é Comum. Então os Municípios têm tal competência, embora não seja deles exclusivamente. (A) alternativa

incorreta. A gestão da saúde, embora tenha lei específica, também faz parte da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a Lei 12.305-10. (B) alternativa correta. Visto que os Municípios detém tal competência na gestão dos resíduos sólidos, saiba que, como eles receberão ajuda financeira por parte da União, prioritariamente aqueles Municípios que por se consorciar, conforme leitura da norma do artigo do artigo 18, parágrafo 1º da lei em questão. (C) Alternativa incorreta, apesar da validade do consórcio, ponto em que a questão está certa, nada existe quanto a forma do consórcio, menos ainda exigindo que seja através de uma sociedade de propósito específico. (D) alternativa incorreta. Embora o consórcio seja válido, a lei não vincula a aplicação do limite de 1% por parte da receita corrente líquida de cada Município. *Alternativa B.*